O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820

The Portuguese journalistic fervour in the Liberal Revolution of 1820

Eurico José Gomes Dias

ICPOL/ISCPSI – Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna
eurico_dias@sapo.pt
ORCID ID: [0000-0002-2989-4912](https://orcid.org/0000-0002-2989-4912)

Resumo: Vivendo-se tempos revolucionários por toda a Europa e as Américas, a necessidade de reformas estruturais na imprensa periódica portuguesa foram bruscas, daí que o ano de 1820 seja considerado um ponto de charneira em qualquer estudo sobre o periodismo nacional. É também este o período que antecedeu a implementação do Romantismo no panorama literário europeu e, por consequência, a sua disseminação na ambiência literária portuguesa, nomeadamente através da edição e circulação de periódicos literários. O periodismo nacional transformou-se numa actividade militante em prol da participação cívica nos movimentos constitucionais, ou contra-revolucionários, contribuindo fortemente para uma transmutação da sociedade portuguesa, em pleno arranque do Liberalismo. Nesse contexto, os jornais fundados em 1820, e daí num sentido crescente posterior, foram verdadeiras ferramentas que permitiram informar — e “contra-informar” —, uma nação dilacerada por invasões militares e os vazios de poder central, mas adivinhando a emergência de futuros conflitos. Assim, os periódicos revolucionários exigirão reportar os acontecimentos cada vez mais livres e isentos da censura, não esquecendo a primeira Lei da Liberdade de Imprensa (4 de Julho de 1821) e o seu contributo para a promulgação da primeira Constituição (23 de Setembro de 1822). Ainda que grassasse um elevado nível de analfabetismo, os debates públicos, emancipatórios de uma opinião pública em ebulição, imporiam hábitos de leitura típicos de uma ambiência revolucionária político-ideológica, mas que auxiliarão a erguer o “novo” Portugal Liberal.

Palavras-chave: jornalismo; liberalismo; constituição; revolução liberal; liberdade de imprensa; opinião pública.

Abstract: *Experiencing revolutionary times across Europe and the Americas, the need for structural reforms in the portuguese periodic press was abrupt, hence the year 1820 is considered a turning point in any study of national journalism. This is also the period that preceded the implementation of Romanticism in the european literary panorama and, consequently, its dissemination in the portuguese literary environment, namely through the edition and circulation of literary periodicals. National journalism became a militant activity in favour of civic participation in constitutional or counter-revolutionary movements, contributing strongly to a transmutation of portuguese society, in the wake of Liberalism. In this context, the newspapers founded in 1820, and from there in a growing sense later, were true tools that allowed to inform — and ‘counter-inform’ — a nation torn by military invasions and the voids of central power, but predicting the emergence of future conflicts. Thus, revolutionary periodicals will demand to report the events increasingly free and exempt from censorship, not forgetting the first Law of the Freedom of the Press (July 4, 1821) and its contribution to the promulgation of the first Constitution (September 23, 1822). Even if there was a high level of illiteracy, public debates, emancipatory from a boiling public opinion, would impose reading habits typical of a revolutionary political-ideological ambience, but which will help to erect the ‘new’ Liberal Portugal.*

Keywords: *journalism; liberalism; constitution; liberal revolution; freedom of the press; public opinion.*

Introdução

Os tempos de viragem política vividos às vésperas da Revolução Liberal de 1820 (Barros, 2001; Cardoso, 2019; Cordeiro, 2020; Albuquerque, 2020) foram os catalisadores para reformulações profundas nos meandros da imprensa periódica portuguesa (Alves, 2013), querelas que dominariam os inícios dos tempos constitucionais. Os ventos revolucionários que sopravam por todas as Américas e a Europa após a Revolução Americana (1776) (Sá, 2016; Magalhães, 1990) e a Revolução Francesa (1789) (Vovelle, 1986) impuseram reformas estruturais também na sociedade portuguesa, daí que 1820 seja considerado identicamente um ponto de referência incontornável em qualquer estudo sobre o nosso periodismo (Tengarrinha, 2013).

É também este o período que antecedeu a implementação do Romantismo (França, 1993; Reis, C. & Pires, M. N., 1993; Buescu, 1997) nas ambiências literárias entre nós, nomeadamente através da difusão dos periódicos literários (Chaves, 1979; Ribeiro, 2014). O periodismo nacional transformou-se numa actividade militante em prol da participação pública nos movimentos constitucionais (Tavares, 2019), e/ou contra-revolucionários, contribuindo fortemente para uma reedificação política da sociedade portuguesa.

Os órgãos periódicos fundados em 1820, assim como daí em diante, foram verdadeiras armas que permitiram informar — e “contra-informar” —, uma nação despedaçada por invasões, ocupações militares e vazios de Poder, fazendo adivinhar os futuros conflitos civis ao longo de todo o século XIX (Ventura, 2006; Thomson, 2019). Assim, esses periódicos iminentemente revolucionários descreveram os acontecimentos praticamente livres de censura (Tengarrinha, 1993), fomentando a feitura da primeira Lei da Liberdade de Imprensa (4 de Julho de 1821) (Dias, 1966) e os seus contributos para a promulgação da primeira Constituição (23 de Setembro de 1822) (Moreira & Domingues, 2020). Ainda que grassasse um elevado nível de analfabetismo, os debates públicos foram factores emancipatórios de uma opinião pública em ebulição (Alves, 2000; 2015), os quais alimentaram hábitos de leitura individual e colectiva (Guedes, 1987; Domingos, 2002; Manguel, 2020) numa atmosfera revolucionária eivada de querelas político-ideológicas, entre outras reivindicações patrióticas.

Noutros lugares houvéramos comentando um dos periódicos mais importantes (Dias, 2017, pp. 181-191) para a divulgação científica em Portugal — o *Jornal Enciclopédico* (1779) (Reis, 2005), o qual pretendia divulgar regulamente informações estritamente científicas a um público cada vez mais empenhado. A nossa imprensa periódica especializada seguia, desta forma, um caminho traçado por outros países europeus aquando a criação das suas academias e da multiplicação do número de periódicos científicos. Tendo em conta o panorama cultural português, fortemente marcado por uma estrutura social típica do *Ancien Régime* (Monteiro, 2003), bem como pelo elevado índice de analfabetismo, não se pode admitir que as ciências e o conhecimento científico tivessem uma grande parcela da população como alvo, mas um círculo restrito de leitores.

É lógico que a sua vertente científica evoluirá paralelamente e, dado o então papel de referência do *Jornal Enciclopédico*, encetaram-se vários esforços editoriais para o “reavivar”. Desse modo, conseqüentemente, surgiria o *Jornal Enciclopédico de Lisboa* (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, p. 203), coordenado por Fr. José Agostinho de Macedo (1761-1831) (Andrade, 2001; 2004) e Joaquim José Pedro Lopes (1778?-1840) (*Diccionario Bibliográfico Portuguez*, vol. IV, 1860, pp. 107-111), constituindo um marco crucial na divulgação científica em Portugal e serviria de inspiração a inúmeros periódicos até às primeiras décadas do século XIX, sendo o desenvolvimento das ciências consideradas indispensáveis para o progresso da Nação.

A utilidade dos conhecimentos veiculados era um dos critérios editoriais destas publicações, pelo que a teorização dos seus conteúdos fosse quase inexistente, preferindo-se uma

aplicabilidade prática. Não cabe neste breve espaço esboçar um levantamento exaustivo de todos os periódicos que incluíram informação científica relevante, mas muitos desses títulos integrados na categoria de “jornais enciclopédicos” (Nunes, 2001) seguiram os modelos propugnados pela *Encyclopédie* (vol. I-XXVIII, 1751-1772), sob orientação de Denis Diderot (1713-1784) (Curran, 2019) e Jean d’Alembert (1717-1783) (Paty, 1998), cuja multiplicidade de conteúdos científicos, políticos e literários foram relevantes.

Recordando o circuito londrino do jornalismo português (Dias, 2017, pp. 381-405), nomeadamente dos jornalistas oriundos da “primeira emigração”, refira-se que último periódico fundado em Londres antes da Revolução Liberal foi o polémico *O Padre Amaro, ou Sovéla, Política, Historica, e Literaria* (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, pp. 233-234), publicado entre Janeiro de 1820 e Maio de 1826, reunindo 12 volumes — seria continuado pelo londrino *Appendice ao Padre Amaro*. Editado pelo padre Joaquim Ferreira de Freitas (1771-1831) (DBP, vol. IV, 1860, pp. 77-79), o qual esteve ao serviço das forças francesas, foi acusado de colaboracionismo, pelo que fugiu para Londres e aí dedicar-se-ia ao jornalismo. Sendo um periódico altamente politizado, pelejou pela defesa pública do esforço independentista brasileiro, D. Pedro I do Brasil premiaria Joaquim Ferreira de Freitas com uma pensão vitalícia de 600 libras anuais, mas que seria suspensa nos seus últimos anos de vida.

Em Paris, no âmbito do circuito parisiense do jornalismo nacional (Dias, 2017, pp. 495-504), seria editado *O Contemporaneo Politico e Litterario* (1820) (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, p. 165-165v.^o), de tiragem mensal, cujo redactor foi Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real (1760-1832), 1.^o conde de Suberra (Thomaz, 1906), coadjuvado por Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833) (DBP, vol. III, 1859, pp. 28-29) e José da Fonseca (1788-1866) (Fonseca, 1853). Apenas publicou quatro números editados entre Janeiro a Abril de 1820, sendo um periódico político, também incluiu vários artigos históricos e literários, mas foi estritamente dedicado à reflexão política em após as Guerras Napoleónicas (Wooten, 2010) e o advento do Liberalismo em Portugal e na Europa.

Ainda que o Congresso de Viena (1815) (Pellistrandi, 2002) intentasse um retorno estrutural e impreterível ao status quo do Absolutismo e obstar o progresso das ideias liberais — veiculadas pelos soldados franceses e os poetas pré-românticos, tal como Lord Byron (1788-1824) (Freire, 1944), os partidários do culto das nacionalidades/nacionalismos (Hobsbawn, 2004; Geary, 2008), etc. —, os povos subjugados exigiam violentamente reformas liberais urgentes. Somente o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e o reino da Prússia, os principais subscritores de Viena, conservaram os modelos monárquicos absolutistas (Toríbio, 1992). Até a Espanha, submetida por Napoleão Bonaparte até 1813 (Fremont-Barnes, 2010), jurou uma Constituição liberal (Cádiz, 1820), a qual foi interrompida, contudo, pela reacção absolutista de 1823 e a guerra civil até 1839.

Também estes ímpetus revolucionários se impuseram em Portugal, nutrindo gradualmente o gérmen do Liberalismo. Após as invasões francesas de 1807-1811 (Teixeira & Barata,

2004), as quais motivaram a saída da Família Real para o Brasil (Geraldo, 2011), os contingentes ingleses, expulsos definitivamente os exércitos de Napoleão, teimaram em manter os seus efectivos militares no nosso país. Chefiando arbitrariamente o governo na ausência da Coroa, o governo militar de Lord William Carr Beresford (1768-1854) (Newitt & Robson, 2004) manteve os preceitos absolutistas e perseguiu os simpatizantes liberais, culminando na execução do general Gomes Freire de Andrade (1757-1817) (Brandão, 1988) e dos Mártires da Pátria (18 de Outubro de 1817), o que aprofundou os sentimentos de descontentamento geral. Para além do ambiente de rebelião quase iminente, em virtude da permanência incompreendida de D. João VI e da Corte no Rio de Janeiro após o término dos conflitos (Pedreira & Costa, 2007; Martins, 2010), acresceu a miséria generalizada de um país submetido ao arbítrio inglês, pelo que os ideais liberais da Revolução Francesa obtiveram cada vez mais adeptos, impelidos pela Maçonaria (Ventura, 2020).

Consequentemente, eclodiu uma sublevação militar no Porto a 24 de Agosto de 1820 e que logo se espalhariá por outras vilas e cidades, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Não existem relatos evidenciando uma oposição de maior monta, sendo a insurreição motivada pelo pretexto dos soldos militares em atraso e por lojistas e comerciantes descontentes, conseguindo aliciar o apoio de quase todas as camadas sociais. A junta governativa de Lord Beresford, ausente então no Brasil, foi prontamente substituída pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (*Carta dirigida a El Rei o Senhor D. João VI... 1820*), o qual convocou as Cortes Gerais para redigir uma Constituição, a qual perfilharia o modelo constitucional espanhol. Forçado a regressar do Brasil, D. João VI chegou a Lisboa no ano seguinte, depois das eleições para as Cortes Constituintes (Marques, 1975). Em 1822, o monarca jurou a Constituição, assombrada, entretanto, pela independência brasileira (7 de Setembro de 1822) (Ramos, 2018), mas igualmente inspirada pelos exemplos sul-americanos, idênticamente evadidos de ideais liberais.

Entretanto, a Junta do Supremo Governo Provisório do Reino arrogou-se ao domínio quase exclusivo de publicar periódicos, o que sucederia com o *Diario Nacional* (Cunha, 1941, p. 272), editado entre 26 de Agosto e 5 de Setembro de 1820, o qual não possui uma autoria expressa. Foi o primeiro periódico imediatamente publicado após as movimentações revolucionárias e é uma importante fonte de informação histórica para o conhecimento dos interlúdios liberais e miguelistas (Conefrey, 1999).

Finda a edição do *Diario Nacional*, a 5 de Setembro, o Supremo Governo Provisório do Reino fez editar, seguidamente, o periódico *Regeneração de Portugal* (Reis, 1896, 1999, p. 63) entre 18 e 27 de Setembro seguintes. Usando um formato «in-quarto», com duas páginas, era praticamente um mero edital com informações pragmáticas sobre as iniciativas revolucionárias.

De entre os efémeros periódicos políticos então publicados, salientou-se o periódico diário *O Portuguez Constitucional* (1820-1821) (Cunha, 1941, p. 273), por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (1781-1826) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 304-311), ligado ao complot revolucionário,

pelo que o seu conteúdo noticioso foi somente de índole política.

Curiosamente, houve um periódico que se propôs ser a “memória” documental da Revolução: tratou-se do diário lisboeta *Mnemosine Constitucional* (1820-1821) (Cunha, 1941, p. 272), de Pedro Alexandre Cavroé (1776-1844) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 381-383), conhecido do público português desde o *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* (1816-1817) (DJP, vol. I, p. 199-199v.^o), também um valioso repositório sobre o processo constitucional anterior a 1822.

A Junta do Supremo Governo Provisório do Reino chamaria a si a responsabilidade de editar o *Correio do Porto* (Cunha, 1941, pp. 273-274), redigido por Joaquim Rodrigues de Andrade (?-?), João António Frederico Ferro (?-?) (Topa, 2013) e Alvito Buela Pereira de Miranda (1791-1862). Foi uma continuação do *Regeneração de Portugal* (1820), editado entre 27 de Setembro de 1820 e 7 de Maio de 1834 — suspenderia a sua publicação entre 8 Julho de 1832 e 5 Janeiro de 1833 e, a partir de 6 Janeiro de 1833, seria impresso em Coimbra, a expensas da Real Imprensa da Universidade. *O Correio do Porto* abraçaria as causas liberais e/ou absolutistas conforme as condições políticas do momento, mas permanece um precioso depósito de informação político-noticiosa até ao final das lutas liberais.

Ocorrida a revolta no mês precedente, sucedeu-se *O Patriota* (Cunha, 1941, p. 273), um diário editado entre 27 Setembro de 1820 e 17 de Dezembro de 1821. Periódico político-noticioso estritamente vocacionado para os processos burocrático-políticos das Cortes Constituintes, foi redigido por João Pedro Norberto Fernandes (1780-1836) (DBP, vol. VI, 1862, p. 8) e outros colaboradores — convém, no entanto, referir em 1821 surgiu um outro periódico homónimo, com breve vigência. O discurso noticioso de *O Patriota* desenrolou-se em redor dos trabalhos das Cortes Constituintes, movido pela necessidade de informar os leitores sobre a História das Cortes em Portugal, apontando especificamente a tradição das Cortes de Lamego.

Mais uma vez, as evocações destas lendárias Cortes procuraram legitimar as Cortes Constituintes ao início da nacionalidade e noutros acontecimentos cimeiros da nossa História, como a Restauração de 1640-1668. Estava-se num momento de viragem política em Portugal e importava denunciar as antigas formas de governação política na Europa, pelo que os resquícios do feudalismo seriam ostracizados e relacionados à ignorância medieval. A esfera da soberania teria de ser forçosamente devolvida ao povo, como “advogaram” as Cortes de Lamego, elogiando-se o pioneirismo daquela assembleia, mas sem colocar em causa a sua ocorrência.

Refira-se, neste contexto, o protagonismo de António Maria do Couto (1778?-1843), igualmente conhecido do público português, quem publicaria *O Liberal* (Cunha, 1941, p. 274), entre 28 de Setembro de 1820 e 29 de Agosto de 1821, editando 37 números inteiramente dedicados aos acontecimentos vintistas.

Seguiu-se o *Genio Constitucional*, famoso periódico que muito contribuiu para o êxito revolucionário, também uma importantíssima fonte de informação sobre a Revolução de 1820. Redigido por Alfredo Braga (?-?) e António Luís de Abreu (?-?), este diário portuense foi editado entre 2 de Outubro e 30 Dezembro de 1820, embora não se deva confundir com um outro

periódico homónimo publicado em Lisboa, em 1826. O principal interesse do *Genio Constitucional* centrou-se nas controvérsias constitucionais em que, mais uma vez, as Cortes de Lamego revelar-se-iam um móbil onde se procurou firmar a autoridade das Cortes Constituintes.

No crescendo do combate político no periodismo nacional, salientou-se o *Astro da Lusitania* (1820-1823) (DJP, vol. I, p. 292-292v.^o), um dos mais importantes periódicos editados em Lisboa, logo após as movimentações militares no Porto e posteriormente à publicação de *O Portuguez Constitucional* (1820-1821), de Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, e a *Mnemosine Constitucional* (1820-1821), de Pedro Alexandre Cavroé. Redigido pelo bacharel Joaquim Maria Alves Sinval (?-?) (DBP, vol. IV, 1860, p. 131), o *Astro da Lusitania* seria editado até à suspensão das garantias que precedeu a queda da Constituição em Junho de 1823, tendo sido o último número publicado a de 15 de Abril desse ano. Era um dos periódicos mais creditados à época, distinguindo-se pela contestação e denúncia que fez aos excessos revolucionários:

Portugal acaba de fazer huma revolução, que nas idades futuras passará por milagrosa, e servirá ainda de prova de que seus habitantes conservarão alguns restos de Virtude, apesar dos continuos assaltos do Despotismo, que não podendo estender o Sceptro d' aço sobre huma Nação morigerada, unicamente tratava de fazer-nos perder aquelle character com que tanto se illustrarão os nossos maiores nos dourados seculos da Monarchia Lusitana. (...) He porém digno de notar-se que havendo hoje em Portugal tantos homens de Lettras occupados em escrever Jornaes, e Periodicos, ainda nenhum delles se lembrasse de patentear aos olhos do Povo Portuguez, quaes erão esses vicios, esses abusos, essas instituições monstruosas, que nascidas nos seculos da mais caliginosa ignorancia, se tem conservado até aos nossos dias, a despeito do bom senso, e da Filosofia: ainda nenhum entre nós se lembrou de apontar os remedios indicados pela nova Ordem das cousas em que somos entrados. (...)

Entretanto podemos afiançar aos nossos Leitores, que jámais deixaremos de respeitar inalteravelmente as Leis da Decencia, e da Modestia, fallando nos vicios da administração, e dos defeitos das varias instituições, pouparemos, quanto possivel for as pessoas, lembrando-nos que todos somos homens, e por isso sujeitos a mil fragilidades proprias da nossa especie. (...) Se os nossos discursos não apresentarem as vozes as mais sollidas idéas, estamos muito promptos a transcrever neste mesmo Jornal, todas, e quaesquer correcções, e emendas que nos forem communicadas, as quaes receberemos de bom grado, se aquelles que as remetterem, guardarem a moderação, que nos propomos guardar, e que tão bem assenta em homens Portuguezes, e Christãos (Sinval, J. M. A., 30 Out. 1820, pp. 1-2).

Pouco ou nada sabemos sobre o *Manifesto da Razão* (1820) (DJP, vol. I, p. 480), o primeiro periódico político lançado em Coimbra após a Revolução Liberal. Os seus dois números conhecidos, em formato «in-quarto», dão-nos conta de ser um prosélito revolucionário, mas nem tão-pouco sabemos quem foi o seu autor. Por razões óbvias, era desprovido de reflexões científicas ou culturais. No entanto, não resistimos a transcrever uma passagem que qualificou

peculiarmente todo este momento, justificando a sua plena inclusão na História de Portugal:

Os dias 26 de Novembro de 1807 e 24 de Agosto de 1820 fazem as duas Epochas mais famosas da Historia Lusitana. Aquelle, porque fabricou a longa cadêa dos nossos infortunios: este, porque a quebrou briosamente e acaba de lançar os mais solidos fundamentos da nossa felicidade. Dias famosos!... que fechão o periodo mais importante dos nossos Fastos! No curto espaço de 13 annos appresentão ao Historiador e ao Filosofo o quadro mais bello e a lição mais sublime, que por ventura apanharião em muitos seculos. (...)

Guerreiros da Europa, que fostes nossos companheiros em armas, e boas testemunhas do nosso amor e fidelidade para com D. João VI, suspendei o vosso espanto e vinde á nossa Historia. Soveranos e Vassallos de todo o Mundo, vinde aprender entre nós a governar bem e a obedecer nobremente. Sabei da nossa Historia e dos nossos infortunios, e vereis como somos ainda os mesmos, e sempre constantes e firmes na carreira da honra e da virtude: vereis finalmente, como nada nos póde abalar sobre a nobre resolução, que tomámos, ainda que todo o Mundo caia sobre nós. (...) Desta arte subirão os nossos Avós ao cume da maior gloria: da mesma surgirão os nossos Libertadores no famoso dia 24 de Agosto, e com a mesma levaremos todos ao fim o seu grande começo, nem que a vida nos custe, pois não na sabemos estimar, quando a Patria a reclama. Dulce et Decorum est pro Patria mori [Horat. Liv. III, Od. 2] (*Manifesto da Razão sobre o estado presente das cousas de Portugal, e partido, que cada um deve tomar, conforme os verdadeiros principios da justiça e moral christã*, 1820, pp. 1-3).

Tendo como plano de fundo as Cortes Constituintes em curso, João Francisco Delgado (?-?) (DBP, vol. II, 1859, p. 377) avançaria com mais uma transcrição analítica sem qualidade historiográfica ao antigo texto das Cortes de Lamego no “seu” periódico bissemanal *Minerva Constitucional* (DJP, vol. I, 485-485v.^o). Só se conhecem oito números deste periódico publicado entre 11 de Novembro e 9 Dezembro de 1820, embora o seu principal foco se cingisse às notícias provenientes dos Estados Unidos da América e às biografias das principais individualidades ligadas à independência norte-americana, tais como Benjamin Franklin (1706-1790) e Georges Washington (1732-1799), entre outros.

O Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade (DJP, vol. I, 273-273v.^o), um periódico semanal editado por Manuel José Gomes de Abreu Vidal (?-?) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 25-26), foi um dos mais marcantes jornais publicados após os acontecimentos revolucionários. Muitíssimo politizado, uma característica endémica na imprensa periódica coeva, aludiu repetidamente às Cortes de Lamego, sem olvidar todas as Cortes realizadas em Portugal, embora destacasse as Cortes de Leiria (1254) (Caetano, 2004) em virtude do dinamismo popular nas tomadas de decisão do Estado, vontades gerais que as Cortes Constituintes de 1822 se propunham resgatar.

De entre os vários títulos lançados então a público, relembramos o quase incógnito periódico *Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas* (Rafael, & Santos, vol. I, 2001, p

157), de redactor anónimo e do qual apenas existem os exemplares n.º 6 (1820) e n.º 7 (15 de Janeiro de 1821), mas com um noticiário político-noticioso exclusivamente dedicado às Cortes Constituintes.

Para a memória histórica deste tempo deve ler-se *O Pregoeiro Lusitano* (1820-1821) (DJP, vol. I, pp. 564-566), de Clemente José de Mendonça (?-?) (DBP, vol. II, 1859, pp. 81-82). Todos os volumes compilados deste periódico compreendem exclusivamente as labutas constitucionais desde a sua instalação, a 26 de Janeiro de 1821, embora este periódico tenha suspenso a sua publicação em fins desse ano.

O periódico *O Templo da Memoria, ou Observador Constitucional* (1820) (DJP, vol. I, p. 611), editado por Francisco Baptista Oliveira de Mesquita (?-?) (DBP, vol. IX, 1870, pp. 267-268), lançou apenas dez números com sùmulas dos documentos oficiais e embora possuísse alguns artigos culturais, foi estritamente dedicado à causa vintista.

O “periódico” *Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado* (1820-1821) (Rafael, & Santos, vol. II, 2002, p. 156), do afamado jurista Manuel Borges Carneiro (1774-1833) (Castro, 1990), publicou oito números em formato «in-oito». Enquanto publicação noticiosa e de crítica social, o autor usou o pseudónimo «D. C. N. Públicola» e teceu apreciações sobre o emergente Direito Constitucional português assente na legislação medieval portuguesa, a qual, na sua óptica, ainda com passível aplicabilidade em determinados casos político-jurídicos.

Como consequência do processo revolucionário, assistiu-se a uma profusão de pequenos periódicos, tais como *A Nação e o Rei* (1820) (Cunha, 1941, p. 274), em que apenas se conhece um único número, embora o seu anónimo autor pretendesse uma tiragem bimensal. Publicou uma breve apologia às virtudes cívicas que devem integrar o texto de uma Constituição. Na sua esmagadora maioria, estas publicações periódicas há muito que desapareceram e actualmente são raríssimas, inclusive o próprio *Diário de Governo*, o periódico oficial do regime. Embora existam referências pormenorizadas a outros periódicos editados em 1820, tais como o *Lysia Degenerada* (DJP, vol. I, p. 472), *O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe* (Idem, p. 454), bem como *O Mudo com Fala* (Dias, E. G., 2017, p. 531) ou *A Voz da Razão* (Idem, p. 531), existem sugestões bibliográficas que assinalam um volume superior de publicações periódicas.

Como sempre se confirmou desde a origem da imprensa periódica, a História serviu e sustentou as experiências jornalísticas, fornecendo os fundamentos necessários para a edificação das mais incontáveis representações discursivas com que se ilustraram os relatos dos acontecimentos (Rebelo, 2005; Rêgo, 2018). Perfilhando Clio como guia e intérprete, assistiu-se então a uma transmutação da actividade jornalística, embora a nossa imprensa periódica seguisse, em paralelo, os caminhos traçados por outros países europeus. Por conseguinte, os inícios dos tempos liberais também foram vanguardistas nos meandros da imprensa periódica geral, daí que a data de 1820 seja identicamente um *turning point* em qualquer estudo sobre o jornalismo nacional.

Referências bibliográficas

Fontes periódicas

A Nação, e o Rei, ou idéa geral dos deveres que huma Nação está obrigada a praticar consigo mesma, pelo que respeita a escolha da sua Constituição; e daquelles que tem a exigir do Soberano que a houver de governar (1820). Impressão de Alcobia.

A Voz da Razão (1820). Typographia Morandiana.

Appendice ao Padre Amaro (1826-1830). R. Greenlaw.

Astro da Lusitania (1820-1823). Officina de J. F. M. de Campo.

Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas (1820-1821). Typographia Morandiana.

Correio do Porto (1820-1834). Typographia da Praça de Santa Thereza.

Defeza de Portugal. Semanario periodico politico e moral (1831-1833). Impressão Régia.

Diario do Governo (1820). Impressão Régia.

Diario Nacional (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.

Genio Constitucional (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.

Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana (1816-1817). Impressão Régia.

Jornal Enciclopedico de Lisboa (1820). Impressão Régia.

Jornal Enciclopedico dedicado à Rainha Nossa Senhora e destinado para instrução geral com noticia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes (1779-1806). Officina de Antonio Rodrigues Galhardo; Typographia Moraziana; Officina de Filipe da Silva e Azevedo; Officina de António Gomes.

Lysia Degenerada (1820). Impressão de Alcobia.

Manifesto da Razão sobre o estado presente das cousas de Portugal, e partido, que cada um deve tomar, conforme os verdadeiros principios da justiça e moral christã (1820). Real Imprensa da Universidade.

Minerva Constitucional (1820). Nova Impressão da Viuva Neves & Filhos; Impressão Régia.

Mnemosine Constitucional (1820-1821). Impressão Nacional.

O Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade (1820-1821). Impressão Régia.

O Contemporaneo, Politico, e Litterario (1820). Officina de P. N. Rougeron.

O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe (1820). Officina de J. F. M. de Campos.

O Liberal (1820-1821). Typographia Morandiana.

O Mudo com Fala, ou hum Portuguez verdadeiro e sincero (1820). Typographia Rollandiana.

O Padre Amaro, ou Sovéla, Politica, Historica, e Literaria (1820-1826). L. Thompson; R. Greenlaw.

O Patriota (1820-1821), Impressão da Viuva Neves & Filhos.

O Portuguez Constitucional (1820-1821). Typographia Rollandiana.

O Pregoeiro Lusitano. Historia circunstanciada da Regeneração Portugueza. Desde o Porto, seu Illustre Berço, até a ultima conclusão das Côrtes, com varios Discursos tendentes ao mesmo objecto (1820-1821). Typographia de João Baptista Morando; António Nuno dos Santos.

O Templo da Memoria, ou Observador Constitucional (1820). Impressão Régia.

Parabolas Acrescentadas ao Portugal Regenerado (1820-1821). Impressão Régia; Imprensa Nacional; Typographia Lacerdina.

Regeneração de Portugal (1820). Typographia da Praça de Santa Thereza.

Estudos

Albuquerque, R. (2020). *1820. O Liberalismo em Portugal*. Oficina da Liberdade/Alêtheia Editores.

Alves, J. A. S. (2000). *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Departamento de Ciências Humanas da Universidade Autónoma de Lisboa.

Alves, J. A. S. (2013). *Glória, Memória e Mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Editora Media XXI/Centro de História da Cultura (FCSH-UNL).

Alves, J. A. S. (2015). *A Opinião Pública em Portugal: da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Editora Media XXI/Centro de História da Cultura (FCSH-UNL).

Andrade, M. I. O. (2001). *José Agostinho de Macedo. Um Iluminista Paradoxal*, vol. I. Edições Colibri.

Andrade, M. I. O. (2004). *José Agostinho de Macedo. A Contra-revolução em Português*, vol. II. Edições Colibri.

Barros, J. (2001). *A Revolução de 1820. A sua obra e os seus homens*. Caixotim Edições.

Brandão, R. (1988). *Vida e morte de Gomes Freire*. Editorial Comunicação.

Buescu, H. C. (coord.) (1997). *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Editorial Caminho.

Caetano, M. (2004). *As Cortes de Leiria de 1254*. Academia Portuguesa da História/Edições Colibri.

Cardoso, J. L. (2019). *A Revolução Liberal de 1820*. CTT Correios de Portugal.

Carta dirigida a ElRei o Senhor D. João VI. pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, estabelecida na cidade do Porto (1820). Impressão Régia.

Castro, Z. O. (1990). *Cultura e Política: Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*. INIC/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

Chaves, C. B., (1979). *O Romance Histórico no Romantismo português*. Instituto de Cultura Portuguesa.

Conefrey, J. (1999). *Jornais, Séries e Periódicos Portugueses 1826-1834 (desde a morte de D. João VI à queda de D. Miguel)*. Parceria.

Cordeiro, J. M. L. (2020). *1820. Revolução Liberal do Porto*. CMP.

Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Academia das Ciências de Lisboa.

Curran, A. S. (2019). *Diderot e a arte de pensar livremente*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.

Dias, A. C. (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro Parlamento português*. Portugalíia Editora.

Dias, E. G. (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Caleidoscópio.

Domingos, M. (coord.) (2002). *Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*. Biblioteca Nacional.

França, J. A. (1993). *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Livros Horizonte.

Freire, J. P. (1944). *Lord Byron, vida e obra, suas referências a Portugal*. Empresa Nacional de Publicidade.

Fremont-Barnes, G. (2010). *A Guerra Peninsular, 1807-1814. Napoleão é derrotado em Espanha e Portugal*. Osprey Publishing.

Geary, P. (2008). *O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo*. Gradiva.

- Geraldo, J. M. (2011). *As Invasões Napoleónicas. Desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)*. Âncora Editora.
- Guedes, F. (1987). *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História (Séculos XVIII-XIX)*. Editorial Verbo.
- Hobsbawn, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Terramar.
- Magalhães, J. C. (1990). *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América*. Publicações Europa-América.
- Manguel, A. (2020). *Uma História da Leitura*. Edições Tinta-da-China.
- Marques, A. H. O. (introd.) (1975). *Exposição Eleições para Assembleias Constituintes (1820-1836-1911)*. Biblioteca Nacional.
- Martins, A. C. D. (2010). *D. João VI, o Clemente, «Reis de Portugal»*, n.º 27. Academia Portuguesa da História/QuidNovi.
- Monteiro, N. F. (2003). *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Instituto de Ciências Sociais.
- Moreira, V. & Domingues, J. (2020). *No Bicentenário da Revolução Liberal — I. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*. Porto Editora.
- Newitt, M. & Robson, M. (2004). *Lord Beresford e a intervenção britânica em Portugal, 1807-1820*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes, M. F. (2001). *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*. Estar Editora.
- Paty, M. (1998). *D'Alembert*. Belles Lettres.
- Pedreira, J. & Costa, F. D. (2007). *D. João VI, «Reis de Portugal»*, vol. XXVII. Círculo de Leitores.
- Pellistrandi, B. (2002). *As Relações Internacionais de 1800 a 1871: a Europa de Napoleão, o Congresso de Viena...* Edições 70.
- Pereira, A. X. S. (s. d.). *Dicionário Jornalístico Português*, vol. I. Manuscrito.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. I. Biblioteca Nacional.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2002). *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. II. Biblioteca Nacional.
- Ramos, R. (coord. et al.) (2018). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma História paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira*. Publicações Dom Quixote.
- Rebelo, J. (coord.) (2005). *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. O Acontecimento*, n.º 6. Casa das Letras/ISCTE.
- Rêgo, A. R. (coord. et al.) (2018). *Narrativas do Jornalismo & Narrativas da História*. Editora Media XXI.
- Reis, A. S. (1896, 1999). *Jornais do Porto*. BPMP.
- Reis, C. & Pires, M. N. (1993). *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, vol. V. Editorial Verbo.
- Reis, F. E. (coord.) (2005). *Felicidade, Utilidade e Instrução. A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto Editora.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O Museu de Imagens na Imprensa do Romantismo. Património arquitectónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sá, T. M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Publicações D. Quixote.
- Silva, I. F. (et al.) (1858-1972). *Diccionario Bibliográfico Português*, vols. I-XXIV. Imprensa Nacional.
- Tavares, A. (2019). *Administração Pública Portuguesa*. Francisco Manuel dos Santos.
- Teixeira, N. S. & Barata, M. T. (2004). *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, vol. III. Círculo de Leitores.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida. Uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Colibri.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- Thomaz, A. F. (1906). *Diário do general M. I. Martins Pamplona (Maio a Outubro de 1810)*. Imprensa Lusitana.
- Thomson, R. B. (2019). *Miguelistas e Liberais. Évora Monte, o fim da guerra dos dois irmãos e o fracasso do Liberalismo em Portugal*. Bertrand Editora.
- Topa, F. (2013). João António Frederico Ferro e a invasão francesa de 1809: “O saque dos conos”. In: *Anthesis: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental*, 4. UFAC.
- Toribio, J. C. (dir.) (1992). *História Universal. América pré-hispânica e colónia. Do despotismo iluminado (século XVIII) aos nacionalismos (século XIX)*, vol. III. Grupo Editorial Oceano.
- Ventura, A. (2006). *Guerras Liberais. Vilafrancada, Abrilada e Cerco do Porto (1820-1834)*. QuidNovi/Academia Portuguesa de História.
- Ventura, A. (2020). *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*. Debates/Círculo de Leitores.
- Vovelle, M. (1986). *Breve História da Revolução Francesa*. Editorial Presença.
- Wooten, G. (2010). *Waterloo, 1815. Wellington derrota Napoleão*. Osprey Publishing.